

Nome: O Sul	Editoria: Colunistas
Data: 18/11/2015	Página: 08

O SUL

Moeda de troca.

OPINIÃO

O festejado lançamento do livro do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que versa sobre os bastidores do poder nos anos em que exerceu o cargo máximo do Executivo, nos traz uma certeza: o apadrinhamento e a troca de cargos parecem ser sistêmicos em nosso País. Há décadas, o cenário político funciona como uma moeda de troca de cargos e favores.

Infelizmente, é a triste realidade histórica do Brasil. Entram governos, saem governos, e parece persistir a corrupção e o famoso jeitinho brasileiro. Trata-se de uma ânsia, faminta e voraz, que visa à obtenção de cargos e vantagens, resultando, por óbvio, em menor qualidade do quadro de ocupantes de cargos públicos.

Temos um Estado ineficiente, que nem sequer almeja se tornar melhor. O sistema vigente (e consolidado) busca congregar o maior número possível de apadrinhados políticos, sem qualquer compromisso com sua eficiência. Ao total, são 11,1 milhões – um em cada dez brasileiros em idade de trabalhar – empregados no governo. Desse universo, são 600 mil cargos de confiança.

Devido ao seu tamanho, o Estado brasileiro tem grandes dificuldades para acomodar suas despesas dentro dos limites orçamentários. Há muitos buro-

cratas e assessores em geral, mas faltam professores, policiais, enfermeiros e médicos. Como resultado, temos um modelo de Estado que se mostra ineficiente e, pior, insustentável.

Com o objetivo de solucionar o problema, urge a redução das competências estatais e do apetite dos governos de inchar a máquina pública. É necessário que o Estado limite e restrinja sua atuação a áreas efetivamente essenciais, priorizando a contratação de professores, agentes de segurança e saúde. Além disso, é preciso que esses cargos sejam ocupados com base na meritocracia, a fim que melhores serviços possam ser revertidos à população.

Não podemos deixar que o Brasil seja governado com base em apadrinhamentos e moedas de troca, com a criação de cargos desenfreada para atender aos interesses exclusivos dos governantes em detrimento dos interesses de toda a sociedade. Somente com a diminuição do tamanho do Estado e com uma significativa redução de cargos comissionados, poderemos melhorar a eficiência do País e reduzir os alarmantes números da corrupção desenfreada. *(Júlia Tavares, advogada e associada efetiva do Instituto de Estudos Empresariais)*